

Intervenção de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional da República de Angola, António Paulo Kassoma, no tema «O REFORÇO DA COOPERAÇÃO NO QUADRO DA CPLP», por ocasião da 2ª Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP, que decorreu em Lisboa entre 08 a 10 de Março de 2010

1 - Introdução ✓ Sr. Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP
✓ Ilustres Presidentes e Chefes de Delegação dos Parlamentos da Comunidade
✓ Sr. Presidente do Conselho de Ministros da CPLP, Dr. Lillianes

ILUSTRES PARTICIPANTES A ESTA REUNIÃO

(E CAROS DEPUTADOS MEMBROS DOS GRUPOS NACIONAIS)

- MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

ANTES DE MAIS
UMA SAUDAÇÃO MUITO ESPECIAL ÀS MULHERES PARLAMENTARES DA
COMUNIDADE, À DEFE DOS MUNDOS PARLAMENTARES, PELA COMEMORAÇÃO
DO DIA 8 MARÇO, CONSIDERANDO COMO O DIA INTERNACIONAL DA MULHER!
ILUSTRES PARTICIPANTES A ESTA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR

É com imensa satisfação e elevada honra que temos

o privilégio de participarmos, ^{PELA PRIMEIRA VEZ,} nesta magna

assembleia de representantes dos povos da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,

após a minha ^{RECENTE} eleição ao cargo de Presidente da

Assembleia Nacional da República de Angola.

Antes de mais, os nossos agradecimentos ao Povo português e às suas instituições, pela

hospitalidade calorosa reservada a nossa
Delegação.

O tema em questão – O REFORÇO DA
COOPERAÇÃO NO QUADRO DA CPLP – constitui,
em última instância, ^{E, EM NOSSO ENTENDIMENTO,} a razão principal deste encontro
e o objectivo geral da criação da CPLP.

2 – Percurso histórico da CPLP

Há quase catorze anos, em 17 de Junho de 1996, foi
instituída a CPLP, por vontade expressa dos sete
países membros fundadores, com excepção de
Timor Leste (na altura observadora), cujo objectivo
era e continua a ser a concertação político-

diplomática, a cooperação entre os seus integrantes, em todos os domínios, a promoção e preservação da língua portuguesa como património comum e a afirmação da organização na arena internacional.

No decurso desses anos, obviamente, foram feitos vários balanços sobre a efectivação desses objectivos, incluindo a sua adequação à evolução das realidades internas dos Estados membros e à dinâmica da conjuntura internacional. Como é natural, tem havido sucessivas críticas contra aquilo que, às vezes se designa como pouco empenho da organização em corresponder com as expectativas esperadas ou desejáveis, muitas delas até de carácter conjuntural.

3 – Desempenho da CPLP

Seria desejável que a CPLP tivesse um papel mais relevante na solução de conflitos, na protecção dos cidadãos da sua comunidade, no apoio ao desenvolvimento económico dos Estados membros, tanto através de recursos próprios como por intermédio de parcerias com instituições regionais e internacionais.

No entanto, se fizermos uma retrospectiva da actividade que tem sido desenvolvida pelos órgãos da CPLP, constataremos que mudanças têm sido, justamente, introduzidas nessa direcção. A aprovação da Estratégia Geral de Cooperação da CPLP, pela Cimeira de Bissau, em 2006, a

instituição do Fundo Especial de Cooperação e do Plano Indicativo de Cooperação constituem elementos substanciais capazes de produzirem uma nova dinâmica da Organização, se baseada em procedimentos pragmáticos, simples e transparentes, que possam estimular a actividade profissional dos seus agentes.

Outro elemento não menos importante dessas mudanças é, obviamente, a instituição do Parlamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, aprovada em Abril de 2009, em São Tomé e Príncipe, cujos objectivos estão claramente expressos no Artigo 3º dos seus Estatutos.

Entre estes se pode citar a contribuição para a paz, fortalecimento da democracia e do Estado de Direito nos países membros, a defesa dos direitos humanos, o exame de questões de cooperação em todos os domínios, a promoção da harmonização legislativa em matérias relevantes de interesse comum, etc.

Estamos diante de progressos significativos no quadro do reforço da cooperação entre os Estados membros da CPLP, se avaliarmos o tempo decorrido desde a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, na cidade de São Luís do Maranhão, no Brasil, em 1989, isto é, 21 anos depois, na da 1ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos

Países de Língua Oficial Portuguesa, que decorreu naquela cidade.

4 – Questões actuais

Eventualmente, se poderia questionar se o processo que conduziu ao ponto em que nos encontramos hoje não poderia ter sido mais célere ou mais lento, tendo em conta que nem sempre os elementos aglutinadores de uma organização assumem o mesmo nível de relevância, para todos os seus membros e em todos os momentos, podendo retardar ou acelerar a sua dinâmica.

Esses elementos podem ser a proximidade geográfica, a cultura comum (a língua, os usos e costumes), os interesses económicos, políticos e ideológicos, etc., que tanto podem servir como factores catalisadores de interesse colectivo como de conflito, latente ou explícito, entre países e povos.

Assim, constitui elemento chave de uma cooperação frutuosa entre os Estados membros de uma organização, o respeito mútuo pela soberania de cada país e a reciprocidade de vantagens nos actos que estabelecem entre os seus integrantes. Esse princípio, implica, por outro lado, a identificação dos interesses e prioridades de cada Estado, para que se possa formular uma estratégia

de cooperação que corresponda as necessidades reais de cada membro.

No caso da CPLP, estamos a falar da já referida Estratégia Geral de Cooperação aprovada em Julho de 2006 e do novo Plano Indicativo de Cooperação 2010-2012, cuja avaliação tem em conta as necessidades da Organização e o contexto internacional.

Outra questão que deve ser constantemente examinada é a que se refere à chamada Integração Aberta. O facto de cada membro da CPLP estar integrado em organizações regionais da sua proximidade geográfica, nas Nações Unidas e em outras instituições internacionais, abre enormes

oportunidades de cooperação nos mais diversos domínios, em benefício dos povos da Comunidade.

Apesar das acções que têm sido realizadas no quadro dos acordos e projectos em curso, devemos continuar a discutir as melhores vias de obtermos, com a melhor eficácia, os resultados esperados.

Por outro lado, pese o fenómeno da imigração se tornar num problema global, devemos equacionar soluções que garantam os interesses recíprocos dos Estados membros. Tem havido passos positivos nesse sentido, mas ainda não satisfazem todas as expectativas.

Com a instituição do Parlamento Comunitário, espera-se que a questão tenha outro tratamento, extensivo aos chamados cidadãos-residentes em cada um dos países-membros. A participação desses cidadãos em comunidades locais ainda é uma questão em aberto.

Temos consciência de que o problema apresenta contornos de alguma complexidade, dados os níveis desiguais de desenvolvimento entre os Estados membros e de políticas migratórias que garantam a estabilidade social, mas, há que reconhecer que não poderá haver o reforço de uma cooperação efectiva entre os nossos países, se não houver uma circulação crescente e recíproca de pessoas e bens no espaço comunitário.

As trocas comerciais, a cooperação empresarial nos vários domínios, a solidariedade social, a procura da formação técnica e académica e de uma assistência médica qualificadas, o turismo, tudo isso envolve a circulação de pessoas e bens, para a qual há que se encontrar soluções pragmáticas e equilibradas que satisfaçam as necessidades dos cidadãos e dos Estados.

Uma outra questão, indispensável à consolidação das relações entre os países membros é o apoio que dever ser concedido ao empresariado público e privado, na medida em que é através deste que a cooperação se reforça e se torna numa realidade efectiva. O Conselho Empresarial da CPLP deve

continuar a desempenhar um papel relevante na promoção desse sector.

As organizações da sociedade civil devem, igualmente, merecer uma atenção especial dos órgãos da CPLP, na medida em que desempenham um papel activo na consolidação da democracia, na protecção dos direitos humanos assim como no reforço da solidariedade social.

5 – Algumas conclusões

Em termos de conclusão, nesta minha intervenção, quase avulsa, há que sublinhar alguns elementos, que devem ser tidos em conta quando se avalia ou

se perspectiva acções de cooperação ou do seu reforço entre os Estados membros de uma organização.

Qual é ou quais são os elementos essenciais que estão na base da criação dessa organização?

Mantêm-se imutáveis ou podem assumir relevâncias diferentes, em função das necessidades dos Estados e das suas populações?

A proximidade geográfica, cultural e económica poderá ser um dos elementos primordiais na criação de grupos regionais. No caso da CPLP, apesar da descontinuidade geográfica, ~~estere~~ é o passado histórico comum de convivência, cujo elemento

principal é língua, que se tornou num património comum e que é preciso preservar e promover.

Há outros elementos não menos importantes como ~~a luta comum contra o mesmo sistema político~~.
~~Outros, mais actuais, como~~ a necessidade permanente de uma concertação político-diplomática a nível internacional e a premente urgência de uma cooperação económica que ajude a resolver problemas graves em Estados membros com menos possibilidades de desenvolvimento social e tecnológico, mas em que os mais avançados têm garantido as suas vantagens.

Por conseguinte, quando se fala em cooperação ou reforço de cooperação entre Estados membros de

uma organização, há que se ter em conta os elementos aglutinadores dessa comunidade, os níveis de desenvolvimento entre si, para que se possa elaborar uma estratégia de cooperação que atenda as reais necessidades das populações.

Estou convencido que a CPLP está a seguir esse caminho ao adoptar uma nova Estratégia Geral de Cooperação, em que o novo Plano Indicativo de Cooperação constitui a expressão concreta dessa estratégia sujeita , naturalmente, à permanentes ajustamentos e inovações, em função das exigências do reforço de maior ou menor grau de cooperação entre os seus membros.

Muito obrigado pela vossa atenção